

A TRAGETÓRIA E A CONTRIBUIÇÃO DE MULHERES SERGIPANAS PARA EDUCAÇÃO

Alana Menezes Lima Siqueira¹
Alana Danielly Vasconcelos²
Marcos Batinga Ferro³

RESUMO:

No século XIX no estado de Sergipe a educação seguia diretrizes estabelecidas pelo sistema de ensino ainda em formação. Nesta perspectiva, o presente trabalho apresenta alguns passos da educação primária feminina durante o Brasil colonial. Analisando a historiografia educacional do gênero feminino, buscando compreender como se configurou a educação para o sexo feminino perante uma sociedade que enxergava a mulher como dona de casa e mera reprodutora. O presente artigo tem por objetivo relatar e investigar o papel da mulher sergipana na sociedade, a partir de algumas personalidades femininas, a forma como elas foram e por muitas vezes continuam sendo tratada pela sociedade. Analisou-se as formações discursivas a respeito da instrução da mulher sergipana, no início do século XX com base em autores como Oliveira (1916), e destacou-se a valorização e atuação da mulher em papéis importantes para a sociedade a partir de Nunes (1984), dentre outros. Chega-se à consideração que se faz necessário afirmar a importância do feminismo para a conquista de direitos iguais, bem como de inserir as mulheres aqui estudadas, como sujeitos da história que contribuíram significativamente para a história de Sergipe.

PALAVRAS CHAVE: Educação. Desigualdade. Feminismo.

SUMMARY:

In the nineteenth century in the state of Sergipe education followed guidelines established by the education system still in formation. In this perspective, the present paper presents some steps of the female primary education during colonial Brazil. Analyzing the educational historiography of the female gender, trying to understand how education was configured for the female sex before a society that saw the woman as housewife and mere reproducer. This article aims to report and investigate the role of Sergipe women in society, from some female personalities, the way they have been and for many times continue to be treated by society. Discursive formations regarding the instruction of Sergipe women in the early twentieth century were analyzed, based on authors such as Oliveira (1916), and the importance of women in important roles for society from Nunes (1984), among others. It comes to the consideration that it is necessary to affirm the importance of feminism for the conquest of equal rights, as well as to insert the women studied here, as subjects of history who contributed significantly to the history of Sergipe.

KEYWORDS: Education. Inequality. Feminism.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade São Luís de França.

² Trabalho orientado pela professora Ma. Alana Danielly Vasconcelos, regente da disciplina TCC 2.

³ Professor Coorientador.

INTRODUÇÃO

A trajetória da mulher nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século XIX, depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior. A figura da mulher, de elemento secundário, passou a ser algo extremamente importante na sociedade atual, onde ela exerce cada vez mais um papel de protagonista, embora ainda sofra com as heranças históricas do sistema social patriarca em seu dia a dia.

Com o tempo, graças às lutas promovidas, a mulher vem conseguindo aumentar o seu espaço nas estruturas sociais, abandonando a figura de mera dona de casa e assumindo postos de trabalho, cargos importantes em empresas e estruturas hierárquicas menos submissas.

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo apresentar a trajetória de duas mulheres sergipanas que se destacaram no campo educacional no contexto local e nacional, com o intuito de salientar as dificuldades no processo da formação docente, os baixos níveis salariais, a falta de reconhecimento, a luta por conquista de espaço na sociedade, assim como a sua dedicação para contribuir no acervo de pesquisas.

Durante o desenvolvimento do artigo serão apresentadas as histórias das mulheres Maria Thetis Nunes e Ítala Silva Oliveira. Educadoras que, apresentaram a suas concepções sobre o processo educacional sergipano e brasileiro, assim como a suas lutas por reconhecimento social. A metodologia do artigo está pautada na revisão bibliográfica, tendo uma abordagem qualitativa. O trabalho justifica-se a partir da problemática de que algumas mulheres sergipanas foram importantes para o desenvolvimento educacional do estado. Porém, por conta do preconceito, os seus trabalhos ficaram por muito tempo inexpressivos na sociedade. Ao longo do estudo veremos pontos fundamentais para se pensar na Educação de Sergipe e no Brasil desde os primórdios, além das questões dos baixos salários dos professores e a má formação, é inquestionável que são dois elementos de uma mesma problemática.

2 A MULHER NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

Em Sergipe, alguns estudos sobre a educação na infância começam a ser realizados. Muitos destes nascem de pesquisas sobre o surgimento dos primeiros jardins de infância, fato este que nos remete aos primórdios do século XX. A escassez de arquivos históricos e as condições inadequadas daqueles existentes, acarretam dificuldades no acesso à documentação necessária para um estudo mais abrangente. Segundo BUFFA (1990),

[...]porque são vários os critérios que lhes servem de base: o político, o econômico, às vezes o pedagógico e outros. No caso da História da Educação Brasileira, o critério político, ou melhor, as mudanças das formas de governo (...) é comumente utilizado. Na dúvida os estudiosos costumam seguir esta ordem, mesmo porque ela traz consigo o critério cronológico (BUFFA, 1990).

Calasans (1949), fez uma pesquisa sobre a história da educação em Aracaju, e usou como tempo o período entre o ano que foi reivindicada uma cadeira de primeiras letras no povoado de Santo Antônio do Aracaju – 1830 – e o ano em que tiveram início as atividades no Atheneu Sergipense – 1871. Ele já relatava a necessidade de uma História da Educação Sergipana que não privilegiasse apenas as ideias pedagógicas, e trazia como sugestão temas como por exemplo de instituições e práticas escolares para investigações futuras,

necessariamente, haverá na futura História de Aracaju, um capítulo dedicado à educação. Como surgiram e como se desenvolveram as instituições escolares da cidade. Grandes nomes de educadores aracajuanos. Ensino público e de iniciativa particular. Educação e cultura. Movimentos estudantis e experiências pedagógicas. Prédios e aparelhamentos escolares (CALASANS, 1949/1951, p. 98).

A constatação básica sobre a educação sergipana é que durante muitos anos o quadro de professores foi formado por leigos e mal recompensados pelo poder público. Embora houvesse tentativa de se melhorar as condições da região, como se verifica por exemplo, como o de tentar o envio de professores da Corte para habilitarem os professores daqui. O que prevaleceu sempre foi a ação das autoridades centrais que favorecia o preenchimento das vagas de professores inabilitados ou a improvisação.

A fim de encontrar algumas pistas que procurasse responder às minhas indagações, utilizei como fonte de pesquisa o livro História da Educação em Sergipe, da professora Maria Thetis Nunes, para coletar informações sobre aquele período, que apresenta como objeto de estudo a história da educação do referente estado dos primórdios do Brasil Colônia até 1930.

A respeito da obra de Nunes, Santos (2004), comenta,

Clássico pela abordagem apreendida, pela coleta e interpretação de vasta documentação, pelas conclusões apresentadas e pelo entendimento sobre a educação sergipana, não em anos, mas em séculos, que transmitiu a diversas gerações de pesquisadores, o estudo de Thetis Nunes pode ser visto não

somente como um documento sobre o assunto a que se propôs, bem como um monumento, que vem sendo reiteradamente utilizado como rastro fundamental de novos empreendimentos no campo do saber (SANTOS, 2004; p.146).

O referente livro faz menção a educação do que hoje denomina-se como anos iniciais, quando aborda questões como o ensino das Primeiras Letras; e o Ensino Primário; quando comenta sobre a criação da Campanha de Aprendizes Marinheiros em Sergipe, e quando comenta do tratamento que era atribuído ao professor (a) e às mulheres naquele período. Segundo Freitas (2003), a história social da infância no Brasil é também a história da retirada gradual da questão social infantil do universo de abrangência das questões de Estado. O autor afirma ainda que,

no século XIX, criança, por definição, era uma derivação das que eram criadas pelos que lhe deram origem. Eram o que se chamava “crias” da casa, de responsabilidade (nem sempre assumida inteira ou parcialmente) da família consanguínea ou da vizinhança. O abandono de crianças e o infanticídio foram práticas encontradas entre índios, brancos e negros em determinadas circunstâncias, distante da questão da concentração devastadora nas cidades, da perversa distribuição de bens e serviços entre as camadas sociais e das fronteiras que entre elas se estabeleceram (FREITAS, 2003; p. 20).

Naquele período, em Sergipe, o entendimento que se tinha de criança não era muito diferente da que se tinha no restante do Brasil. Nessa época as crianças eram vistas ainda como adultos em miniatura, não sendo ainda foco de nenhuma atenção especial, não sendo percebidas nem ouvidas. De acordo com Nunes (1984), nos fins do século XVIII a situação da educação brasileira era realmente caótica, com o atraso do salário dos professores, que também faltavam com suas obrigações, e a falta de locais e materiais adequados. Somente, no começo de 1808, com o estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil, é que teve início a uma nova etapa da vida colonial.

Em Sergipe, no ano de 1820, apesar do desenvolvimento econômico ocorrido, apenas uma parcela mínima chegava à escola, predominando a ignorância e o analfabetismo numa sociedade onde reinava a violência e a criminalidade. “Todavia, o quadro educacional de Sergipe não era uma peculiaridade local. Constituía uma réplica do que acontecia no Brasil ainda no começo do século XIX” (NUNES, 1984, p. 35). Para compreender o tratamento que era dispensado à criança naquele período, é preciso ver a criança como uma questão pública, subordinada a interesses econômicos de Estado. De acordo com Quinteiro (2002),

Na verdade, a história da infância coincide com a história do atendimento às crianças em situação de risco, o que também contribui para a produção da imagem da criança pobre, que é sempre vista como uma ameaça social a ser contida (QUINTEIRO, 2002, p.32).

O sistema educacional atendia as exigências da classe dominante, a quem interessava apenas assegurar o ingresso de seus filhos nas escolas de nível superior, que quando saíam ocupavam cargos de administração: cadeiras no poder legislativo e os postos do poder judiciário. Parte daí o desinteresse que sempre cercaram as tentativas de implantação do ensino para a população. Algumas inovações educacionais foram tentadas por alguns presidentes, mas diante a pressão do meio, em Sergipe foram fracassadas. Somente a partir da segunda década do século XIX com o ingresso do Estado de Sergipe no pré-capitalismo deflagrando exigências que passam a pressionar o setor educacional é que os poderes públicos se voltam para o ensino popular e profissional, visando a mão de obra qualificada que as transformações econômicas necessitavam. Um dos aspectos para os quais Maria Thetis Nunes chama atenção, diz respeito aos padres seculares e sua contribuição para a alfabetização das crianças. Além dos padres seculares, as mulheres foram responsáveis pela alfabetização de grande número de crianças nas casas-grandes e fazendas, como agregadas à sociedade patriarcal dominante. Presas a essa estrutura social por laços consanguíneos ou de clientela, só a partir dos meados do século XX começaram a transformar-se em assalariadas. Mais tarde a mulher viria a “ser a expressão da escola verdadeira, que tem por alta a verdade e por amor o sentimento. Assim, poderia desaparecer a escola antiga dominante, que tinha por dogma o desconhecido e por alma à palmatória. Segundo Nunes (1984),

repercutindo o que se passava no Brasil, também em Sergipe começou a alterar-se a situação da mulher na sociedade, da qual passa a participar mais ativamente, saindo do recesso do lar, buscando as escolas. Impunha-se, assim, a necessidade de fornecer-lhe conhecimentos adequados. Já na imprensa aparecem artigos falando da necessidade de dar à mulher educação, desde quando nas ciências e nas artes, a mulher sergipana é de todo incompetente, fixando, com cores carregadas, a situação cultural em que ela se encontrava mergulhada. Cresceu o número de estabelecimentos de ensino femininos (NUNES, 1984, p.155).

Ainda no final do século XX perceber-se preocupação em relação à educação das meninas e moças. As jovens sergipanas da elite recebiam aulas em conventos, colégios de princípios cristãos, aulas particulares com professores que frequentavam a casa dessas adolescentes. Depois, as aulas públicas de primeiras letras surgiram em Sergipe, por volta do ano de 1831 nas cidades sergipanas de Laranjeiras, Estância e São Cristóvão, com 4 escolas de primeiras letras para o público feminino. No decorrer desse processo, verificamos que as

escolas públicas para atender a educação da mulher eram bastante reduzidas em relação à dos homens. As famílias de posse colocavam suas filhas em colégios considerados, para que elas mantivessem contato com professores sofisticados e com outras adolescentes da mesma classe social. Os cursos normais traziam assuntos voltados para educação moral das jovens sergipanas. A Escola Normal Sergipana passou a funcionar no ano de 1911 no centro de Aracaju. No ano de 1923 recebeu o nome de Escola Normal Rui Barbosa, hoje o atual IERB, essa escola possibilitou que as garotas fossem habilitadas ao ensino das séries iniciais. Sabemos que as maiorias dos centros educacionais formavam garotas somente para a profissão da docência, com o pretexto de que as mulheres tinham o instinto maternal e seriam sem dúvida alguma, excelentes educadoras. Sendo a escola um espaço formal da educação, transmissora e produtora do saber social tendo um grande papel na construção da cidadania. Necessariamente, deveria contribuir para a superação de preconceitos e desigualdades, o que não acontecia naquela época, as escolas implementavam ideias e valores que reforçavam a concepção de um mundo masculino superior ao feminino. Cavalcanti (2003), defende que,

a escola ocupa [...] um importante papel como instituição social perpetuadora de discursos que mantém relações de poder entre grupos humanos, [...] acabam por generificar atributos que, a priori, podem privilegiar, indistintamente, qualquer indivíduo, seja ele homem ou mulher, pobre ou rico, preto ou branco (CAVALCANTI, 2003, p. 184)

A mulher prendada sergipana era aquela que declamava poemas, que sabia falar francês, tocava piano, lia e escrevia. Essa sim seria uma boa senhora para com o seu marido e seus filhos. Foi por meio desse conceito patriarcal que muitas se rebelaram e correram atrás das próprias vontades, desejos e inquietações.

Para muitos, uma mulher que se tornava trabalhadora deixava de ser mulher, pois esse fato era uma oposição entre o lar e o trabalho, entre feminilidade e produtividade, entre a maternidade e o salário. Com essa linha de pensamento, as diferenças entre homens e mulheres só podiam aumentar. Perante Scott (1994),

o “problema” da mulher trabalhadora era ser ela mesma uma anomalia num mundo onde o trabalho assalariado e responsabilidades familiares se tinham tornado ocupações a tempo inteiro e especialmente diferenciadas. A “causa” do problema era inevitável, um processo de desenvolvimento industrial capitalista com uma lógica própria. (SCOTT, 1994, p. 444).

Sobre o feminismo em Sergipe, e no Brasil, aponta - se para o surgimento de um feminismo de esquerda, comprometido com as lutas democráticas. Ridenti (1990), ao pesquisar a participação das mulheres na política brasileira, nos considerados “anos de chumbo”, período mais violento da ditadura. De acordo com Ridenti (1990),

[...] a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher estrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino. Em segundo lugar, a opção dos grupos guerrilheiros implicava uma luta militar que, pelas suas características, tendia a afastar a integração feminina, pois historicamente sempre foi mais difícil converter mulheres em soldados. De modo que é até surpreendente a presença numérica relativamente significativa do chamado “sexo frágil” em organizações tipicamente militaristas, como a ALN (76; 15,4% do total), e a VPR (35; 24,1%). Em terceiro lugar, a participação feminina nos grupos armados era percentualmente mais elevada que nas esquerdas tradicionais, como revelam os dados sobre as mulheres processadas por integração ao PCB, antes e após 1964 (cerca de 5%) (RIDENTI, 1990, p. 114-115).

Alguns autores já se debruçam sobre as instituições educacionais sergipanas. De acordo com o que nos adverte Nascimento (2003),

os estudos sobre História da Educação produzidos em diferentes períodos e sob distintas perspectivas teóricas contribuíram, seja como estudos historiográficos de valor seja como elementos de construção de uma memória. Mas, é importante abrir perspectivas para um exame mais aprofundado da natureza, qualidade e tendências dos trabalhos publicados, bem como da contribuição dos diversos autores e instituições, analisando-os de per si. O avanço dos estudos em História da Educação no Estado de Sergipe (...) permite, provisoriamente, uma única conclusão: há muito por fazer (NASCIMENTO, 2003, p. 23).

A educação em Sergipe contribuiu de forma positiva, para que a mulher sergipana enxergasse o mundo de outra maneira. Embora estejamos avançando e melhorando no sentido de a mulher ter seu espaço na sociedade, isso está ocorrendo de forma gradativa, noto ainda uma necessidade de mais estudos sobre gênero e sexualidade, como diz Rago (2015),

os estudos de gênero e sexualidade... tem muito a contribuir, sobretudo no sentido político de desfazer estigmas, ampliar questionamentos, reforçar denúncias, trazer à tona passados silenciados e incitar a produção de modos mais humanizados de vida, ou seja, modos capazes de perceber o outro e respeitá-lo em sua positividade. (RAGO, 1998, p.22).

Algumas mulheres também fizeram sua parte publicando artigos em jornais para que as sergipanas soubessem e acreditassem nos valores e direitos que tinham dentro da sociedade. É importante que saibamos quais foram os principais desafios que essas sergipanas de destaque tiveram para levar a diante seus valores e virtudes, todas tiveram um passado que se revelou numa história de luta e princípios.

Que não foi algo que se construiu de uma hora para outra, mas em longo prazo. Para que essas mulheres chegassem ao auge, a educação foi o principal fator que elevou essa categoria.

3 ÍTALA SILVA DE OLIVEIRA E A LUTA CONTRA A ALIENAÇÃO E O ANALFABESTIMO FEMININO

A professora e médica, Ítala Silva de Oliveira (1897-1984), foi a Sergipana que mais se destacou dentro e fora do estado, escreveu para vários jornais e periódicos. Nascida em Aracaju, filha de Silvano Auto de Oliveira, primeiro sargento e dona Marcionila Silva de Oliveira. Estudou no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, colégio que foi responsável pela educação moral das moças sergipanas de classe alta.

Em Aracaju, ela foi professora de português da Liga Contra o Analfabetismo, sendo também a primeira secretária desta mesma repartição, foi Conservadora dos Gabinetes da Escola Normal e professora adjunta de Física, Química e História Natural. No ano de 1921 vai para Bahia para estudar medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1927 tornou-se médica. Em Sergipe publicou artigos entre o ano de 1914 e 1917, entre os espaços que lhe foram dados podemos mencionar os principais: O Estado de Sergipe, O Democrata e o Diário da Manhã, contribuiu também já no final da década de 20 para o Almanaque sergipano.

O talento dessa mulher de luta lhe garantiu também um espaço em outros estados brasileiros. Apesar de ter um pequeno espaço na mídia sergipana, Ítala o aproveitou para incentivar outras mulheres a lutar por aquilo em que acreditavam, um dos temas recorrentes em seus anúncios era a questão do analfabetismo feminino. Assim como se percebe na publicação de um artigo no Diário da Manhã, 28 de abril de 1916, Ano IV, n.2 c.2,

[...]reclamo e reclamarei sempre a instrução para a mulher, a pretensa inferioridade da mulher repousa na falta de instrução! [...] Faz-se mister que o figurino de modas seja substituído pelo livro que instrui. [...] O homem só será bom e perfeito quando a mulher formar o seu caráter, depois de bem instruída e educada. O Feminismo não é uma força que se levanta contra o homem, é a voz da mulher instruída, que aspira um lugar ao lado de seu companheiro, a fim de participar dos seus trabalhos, das suas dores e das suas alegrias. [...]

Além de lutar contra o analfabetismo, ela se volta para a educação das mulheres. Escreveu, então, artigos que falavam da importância de educar as mulheres, para que elas tivessem as mesmas oportunidades que os homens. Ítala entendia que a educação contribuiria para que esta igualdade aconteça e para que o homem também as compreenda e as auxilie na educação dos filhos. Sua posição-sujeito se contrapõe inteiramente às formações discursivas do patriarcalismo, que julgavam a mulher o “sexo frágil”, sem inteligência e incapaz de realizar tarefas que não as domésticas.

Ítala dedicou-se, também a defender a educação da mulher proletária e que ela tivesse a oportunidade de estudar e se manter informada. Por outro lado, ela ressaltou a importância que se fazia, para que as mulheres focassem outros campos, ou melhor, outras atividades que pudessem mostrar a força e capacidade que elas tinham de exercer qualquer tipo de tarefa.

4 MARIA THETIS NUNES – UMA VIDA PARA EDUCAÇÃO DE SERGIPE

O que sempre uniu Maria Thetis Nunes ao magistério foi a paixão. Professora, escritora e historiadora, Nunes nasceu em Itabaiana, em 06 de janeiro de 1925 e cursou a educação primária em Itabaiana. Em seguida, foi para a capital Aracaju, onde estudou o curso secundário no Atheneu Sergipense. Continuando sua formação, formou-se em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, e em Museologia pelo Museu de História Natural, obtendo primeira colocação em ambos os cursos. Ainda universitária, realizou o concurso no Atheneu Sergipense (1945) onde concorreu a cátedra de História, defendendo a tese “Os Árabes: sua influência na civilização ocidental”. Tornou-se assim, a primeira mulher a fazer parte do corpo docente do Atheneu, do qual foi também a primeira diretora em 1951-1954. A frente da direção do colégio foi incentivadora e defensora de que meninas pudessem ser candidatas e eleitoras nas eleições de líderes de turma e do Grêmio Estudantil Clodomir e Silva.

Também incentivou o ingresso e concurso de mais professoras no quadro da instituição de ensino, pois só havia três mulheres na equipe de 23 professores. Em 1956, ingressou na primeira turma do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde fez pós-graduação em História da Educação no Brasil. Neste instituto permaneceu durante quatro anos como assistente da cadeira de História e se dedicou ao ensino e à pesquisa.

Em 1961, tornou-se diretora do Centro de Estudos Brasileiros na Argentina, onde lecionou na Universidade Nacional do Litoral. Voltando para Sergipe, assumiu a cátedra de História do Brasil, História Contemporânea e Cultura Brasileira, na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Nesta última instituição, foi Vice-Reitora e se aposentou com 47 anos de magistério, ocasião em que recebeu o título de Professora Emérita.

Autora de várias obras, além de vários artigos publicados nacionalmente e na Argentina, tem como destaque o livro “História da Educação em Sergipe”. A partir de sua posição no Departamento de História da UFS ela publicou vinte e dois trabalhos sobre esse tema. O livro

“História da Educação de Sergipe” tornou-se referência obrigatória dentre os estudos sergipanos na área por apresentar até hoje a única síntese produzida sobre o assunto.

Assumindo interpretações de caráter marxista em seus textos, a autora encontrou muita dificuldade para continuar circulando no Brasil sob a ditadura militar da década de 60, mesmo assim Nunes continuou pesquisando com base na teoria marxista tal como concebida pela esquerda isebiana. Ao tratar da educação sob a perspectiva isebiana.

Pode-se resumir a Nunes como professora de renome, diretora de colégios e conselhos e inúmeras viagens. Vinda de um tempo que a mulher tinha obrigação de ser submissa ao homem, levou uma eterna vida de solteira. Não se declarava feminista, porém relatava que os homens temiam as mulheres intelectuais como ela.

Na velhice, suas atividades de lazer compreenderam reuniões com os amigos na Academia de Letras e visitas ao Instituto Histórico. Fez uma viagem de volta ao mundo, foi a maioria dos Estados brasileiros e visitou Paris 14 vezes. Alegava que a sua vida seminômade era outro motivo que a afugentou de um provável marido. Aos 85 anos de idade Nunes ministrava palestra em seminários. Ainda pretendia lançar um novo trabalho bibliográfico, provisoriamente intitulado “Caminhos da Vida”, no qual reuniria todas as suas publicações. Por ter sido uma mulher pioneira em vários segmentos, principalmente relacionados a educação, Nunes dizia se orgulhar da contemporânea atuação da mulher na sociedade, e mesmo já estando em idade avançada desejava continuar participando dessa vitória diária do sexo feminino. Nunes faleceu no dia 25 de outubro de 2009, aos 85 anos de idade na cidade de Aracaju. Hoje Professora Nunes⁰ é homenageada através da nomenclatura de uma escola municipal Aracajuana. Na sua cidade natal, sua estátua se encontra na Praça Chiara Lubich. Também é homenageada no Museu da Gente Sergipana na exposição permanente na galeria “Nossos Cabras”.

Sem sombras de dúvidas, entendo que foi uma mulher do tempo dela. Ela teve educação para empreender suas ações, diferentemente de outras mulheres de sua época. Mulher de fibra, solidária e fraterna. Uma grande intelectual de Sergipe comprometida com uma sociedade mais justa, a favor a valorização e da atuação da mulher em papéis importantes para a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante trazer alguns pontos quanto a evolução histórico-cultural das funções e padrões das mulheres na sociedade sergipana. Na tradição, a figura feminina foi considerada como algo frágil, que deveria, portanto, ser protegida pelo pai ou irmão mais velho. E o

casamento era tratado como um ritual que passaria esses cuidados para o marido. Mulheres como Maria Thetis Nunes e Ítala Silva de Oliveira quebraram essas regras, lutando pelos seus sonhos, sonhos que as levaram ao sucesso profissional, servindo de exemplo para outras mulheres que também tiveram seus sonhos reprimidos por conta do machismo.

Com tudo, essa trajetória de luta na vida dessas mulheres conseguiu modelar sua identidade, no entanto essa identidade não foi construída no isolamento, mas socialmente; para isso é preciso a acumulação de componentes e de toda rede de relações sociais construídas por elas em interação com outras pessoas, assim tal interação foi construída através da educação escolar, formação profissional, a militância, entre outros fatores. Quando a mulher se impõe no dia a dia, estar tomando atitudes para acabar com a dominação masculina sobre ela. Mas não é uma tarefa fácil, afinal o machismo ainda é o sistema dominante na sociedade.

Nas primeiras décadas do século passado, segundo Almeida (2007), os movimentos feministas já reivindicavam o acesso à educação e o direito ao voto, a exemplo que estava acontecendo na Europa. Então no cerne dessa luta pelos seus direitos, a mulher, defendia, também a aquisição de maiores conhecimentos que possibilitasse sua inserção no espaço público e o desempenho de uma profissão remunerada, logo, assim, conquistaria mais autonomia financeira e, conseqüentemente, liberdade. Muito embora, a educação, ainda, representasse um veículo pelo qual a cultura e a religião inculcavam seus valores e transmitiam a ideologia da época.

Maria e Ítala encontram força para sua independência através da educação. É com os estudos que adquirimos conhecimentos, cultura, e traçamos objetivos na vida. Através da educação nós convivemos com pessoas diferentes. Nas salas de aula ampliamos o nosso mundo através de livros e através dos professores. Diariamente nas escolas podemos observar que a grande maioria do corpo docente é composto por mulheres. Entretanto, quando falamos de pensadores da Educação, a realidade se inverte e tendemos a citar nomes de homens. No entanto, as mulheres deram, sim, e continuam dando muitas e grandes contribuições para pensar e transformar a Educação.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. **Ler as letras: Por que educar meninas e mulheres?** São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo. Autores Associados. 2007.

- BUFFA, Ester. **Contribuição da História para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos**. In: Em Aberto, Brasília, v.9, n°.47, 1990.
- CALASANS, José. **Ensino público em Aracaju (1830-1871)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, v. XV, 1951, p. 96-120.
- CAVALCANTI, Edlamar Leal de Souza. **A apreensão do conhecimento escolar numa perspectiva de gênero**. In Fagundes, Tereza Cristina Carvalho. Ensaio sobre identidade e Gênero. Salvador: Helvécia, 2003.
- FREITAS, A.G.B. de. **Educação, Trabalho e Ação Política: sergipanas do século XX**. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, UNICAMP: 2003. 310f.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia Educacional Sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da UFS, 2003.
- NUNES, M. T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro; Paz e Terra; S. Cristóvão: SEC/SE, 1984.
- QUINTEIRO, Jucirema. **Infância e Educação no Brasil: um campo de estudos em construção**. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri & PRADO, Patrícia Dias (orgs.). “Por uma cultura da infância”: metodologias de pesquisas com crianças. 2002. Campinas, SP: Autores Associados.
- RAGO, Margareth. **Descobrir historicamente o gênero**. Margareth Rago; Professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Cadernos Pagu (11)1998: pp.89-98.
- RIDENTI, M. S. **As mulheres na Política Brasileira: os anos de chumbo**. Revista Tempo Social, Volume 2, número 2, 2º semestre de 1990.
- SANTOS, Fábio Alves dos. **Professores do século XIX na ‘História da Educação em Sergipe’ de Maria Thetis Nunes**. In: VII Semana de História / UFS: Anais “A Historiografia de Maria Thetis Nunes”. Sergipe / São Cristóvão. p.143.
- SCOTT, Joan Walach. **A mulher trabalhadora**. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michel (Dir.). História das mulheres no ocidente. Porto: Afrontamento, 1994. Vol.4: O século XIX.